

5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2020:

Submete-se à consideração do Executivo e posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2020, em 0,25%, nos termos da alínea ccc) do n.º. 1, do art.º 33º e nos termos da alínea b) do n.º. 1, art.º. 25º. da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro e alínea o) do art.º. 14.º da Lei 73/2013 de 13 de setembro, que vai em anexo.

Nº Informação: 24858

Data: 14/08/2019

Concluído. Tarefa de atualização de amplitude da AM nos pontos do Encontro Municipal. A ordem do h. DN6AP. 2019/08/14

Concluído em a proposta. 19/08/2019

Assunto: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020

1. A Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, na sua atual redação, habilita, nos termos do artigo 106º, os municípios à cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) *com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;*
2. Pese embora o conteúdo das disposições previstas na Lei 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, o qual contém a intenção de revisão da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, essa revisão, salvo melhor opinião, ainda não se verificou;
3. A Assembleia Municipal de Braga fez depender, em sessão ordinária de 28 de abril de 2017, a revogação do artigo quinquagésimo sétimo da Tabela de Taxas apenas e só após regulamentação do Governo desta matéria;
4. Nos últimos anos, a Assembleia Municipal de Braga tem fixado a TMDP relativa ao ano seguinte em 0,25% da faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Braga;
5. Considerando que a alínea o) do artigo 14º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, prevê como receitas municipais aquelas estabelecidas por lei ou regulamento, propõe-se, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e alínea o) do artigo 14º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

Fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2020 em 0,25% sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Braga.

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

14/08/2019

Utilizador: Joana Barroso